REFLEXÃO E AÇÃO

ARTIGO

PÉ-DE-MEIA LICENCIATURAS: ENTRE A PERMANÊNCIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COMO INTELECTUAL CRÍTICO-DECOLONIAL

THE "PÉ-DE-MEIA LICENCIATURAS" PROGRAM: BETWEEN RETENTION AND EDUCATION OF TEACHER AS CRITICAL-DECOLONIAL INTELLECTUAL.

EL PROGRAMA DE APOYO FINANCIERO PARA CARRERAS DE PROFESORADO (PÉ-DE-MEIA LICENCIATURAS): ENTRE LA PERMANENCIA Y LA FORMACIÓN DEL DOCENTE COMO INTELECTUAL CRÍTICO-DECOLONIAL.

Ialisson da Silva Araújo[1].
Luciélio Marinho da costa[2]
Allan Gustavo Freire da Silva[3]

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do impacto inicial do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, instituído em 2025, avaliando seu papel como política de permanência estudantil e de valorização da formação docente no Brasil. A pesquisa utiliza como base teórica a educação crítica com referência em autores como Freire, Giroux e outros. Adota uma metodologia com abordagem qualitativa em educação, de análise documental e bibliográfica, complementada por dados oficiais do Ministério da Educação (MEC), referentes ao ano de 2025, abrangendo o cenário nacional das licenciaturas. Os resultados iniciais demonstram um aumento expressivo (+60%) nas matrículas de candidatos qualificados em todo o país. O estudo, também, identifica desafios operacionais e de seletividade, notando que o vasto potencial de elegíveis (mais de 370 mil), ainda, não foi alcançado de forma plena. Conclui-se que, embora o Pé-de-Meia tenha o potencial de se consolidar como uma importante política pública de justiça social, sua eficácia depende de ajustes em sua execução e, principalmente, de um compromisso firme em promover a formação crítica do professor como um intelectual transformador.

Palavras-Chave: Licenciaturas. Permanência. Ensino Superior. Políticas Públicas. Formação Crítica.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the initial impact of the “Pé-de-Meia Licenciaturas” Program, established in 2024, evaluating its role as a student retention policy and a means of valuing teacher education in Brazil. The research uses critical education asits theoretical basis, referencing authors such as Freire, Giroux, and others. It adopts a methodology with a qualitative approach in education, using documentary and bibliographic analysis, complemented by official data from the Ministry of Education (MEC), relating to the year 2025, covering the national scenario of licensure programs. Initial results demonstrate a significant increase (+60%) in enrollments of qualified candidates nationwide. The study also identifies operational and selectivity challenges, noting that the vast potential of eligible candidates (more than 370.000) has not yet been fully achieved. It is concluded that, although the "Pé-de-Meia" program has the potential to consolidate itself as an important public policy for social justice, its effectiveness depends on adjustments in its implementation and, above all, on a firm commitment to promoting the critical education of teacher as transformative intellectual.

Keywords: Licensure programs. Retention. Higher Education. Public Policies. Critical Teacher Education.

RESUMEN

[1] Universidade federal da Paraíba – UFPB – João Pessoa – Paraíba – Brasil – https://orcid.org/0009-0000-1105-0861 – ialissonsa@gmail.com
[2] Universidade federal da Paraíba – UFPB – João Pessoa – Paríba – Brasil – https://orcid.org/0000-0002-5872-4349 – leomarinhosufpb@gmail.com
3 Universidade federal de Campina Grande – UFCG – Campina Grande – Paraíba – Brasil – https://orcid.org/0000-0003-1550-8061 – Allan.gustavo@professor.ufcg.edu.br

Editor de seção: Éder da Silva Silveira
https://doi.org/10.17058/rea.34.21022
Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 34, p. e21022. 2026.
ISSN: 1982-9949

Este artículo analiza la implementación y el potencial del programa de incentivo financiero "Pé-de-Meia" en el contexto de las carreras de Profesorado (*Licenciaturas*), explorando su doble función. Por un lado, se aborda el apoyo a la permanencia estudantil de los estudiantes de bajos recursos, mitigando los desafíos económicos que conducen al abandono. Por otro lado, se investiga cómo esta política pública se articula con la meta de una formación docente crítica y decolonial, que prepara a los futuros profesores no solo como técnicos, sino como intelectuales comprometidos con la transformación social y la deconstrucción de las estructuras de poder coloniales en la educación superior. Se discuten las tensiones y sinergias entre la necesidad de auxilio material y la urgencia de una formación que promueva el pensamiento crítico y la justicia social en el ámbito educativo.

Palabras Clave: Formación Docente. Permanencia. Educación Superior. Políticas Públicas. Pensamiento Crítico.

Submetido para publicação: **19/12/2025**
Aceito para publicação: **07/08/2026**

INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores no Brasil se constitui como um campo de atuação estratégico para a consolidação de uma sociedade democrática e equitativa. A qualidade do magistério é inseparável da capacidade do país de garantir uma educação básica de excelência. Contudo, as licenciaturas são fragilizadas pela evasão, que se manifesta como um sintoma das profundas desigualdades socioeconômicas que estruturam o país. Esse fenômeno constitui-se em um obstáculo à valorização do magistério e à qualidade da educação básica. O Programa Pé-de-Meia foi originalmente criado pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, com o objetivo de incentivar a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, por meio de um incentivo financeiro na modalidade de poupança.

Recentemente, o Governo Federal expandiu essa lógica de incentivo para o ensino superior, especificamente para a formação de professores, por meio do Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025, marco legal que instituiu o "Programa Mais Professores para o Brasil". No corpo desse novo decreto, o programa é citado e instituído especificamente no Artigo 11:

> Art. 11. Fica instituída a Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência – Pé-de-Meia Licenciaturas, com o objetivo de fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão no cursos de licenciatura de estudantes com alto desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem (Brasil, 2025, p. 2).

A análise desta política deve ser fundamentada na tradição da educação crítica. Paulo Freire (1987; 1996) concebe a educação como prática da liberdade e do diálogo. Giroux (1997) desloca a compreensão da docência de uma função meramente técnica para um campo explicitamente político e democrático, ao afirmar que:

> O papel do ensino não pode ser reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas, mas que, em vez disso, envolve a educação de uma classe de intelectuais vital para o desenvolvimento de uma sociedade livre, então a categoria de intelectual torna-se uma maneira de unir a finalidade da educação de professores, escolarização pública e treinamento profissional aos próprios princípios necessários para o desenvolvimento de uma ordem e sociedade democráticas (Giroux, 1997, p. 162).

A essa base, somam-se as contribuições de Brandão (1982), que alerta que a educação é uma fração do modo de vida social, devendo ser crítica para não reforçar as desigualdades estruturais. A política de permanência deve aliar o suporte material, essencial para a superação da evasão com a qualidade pedagógica (Tinto, 1993). Para Freire (p. 58, 1991), ninguém nasce educador: torna-se educador por meio da prática refletida, com consciência do seu papel na formação de sujeitos críticos e autônomos. A formação docente deve ir além da instrumentalização técnica. Requer uma postura ética, política e epistemológica que valorize o diálogo, a escuta ativa e o respeito ao saber do outro.

Em Pedagogia da Autonomia, Freire (1996) propõe saberes fundamentais ao ato de ensinar, como o respeito à autonomia do educando, o compromisso com a transformação social, a humildade, a coerência e a amorosidade todos os elementos indispensáveis à construção de uma prática educativa libertadora. Esses saberes se constituem como fundamentos de uma pedagogia que reconhece a educação como prática de liberdade e não como domesticação. Também nessa perspectiva, a crítica freireana à educação bancária rejeita a redução do processo educativo a uma prática transmissiva e mecanicista, afirmando a centralidade da consciência, da práxis e da historicidade dos sujeitos. Nesse sentido, Freire afirma que:

> A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência como consciência intencionada ao mundo (Freire, 2014, p. 73).

Essa concepção fundamenta a formação docente como um processo ético-político, no qual o educador se reconhece como sujeito histórico e mediador crítico da realidade, condição indispensável para que políticas de permanência estudantil se articulem a um projeto emancipador de educação. Ao contrário, propõe uma relação dialógica, em que educador e educando aprendem juntos e se desafiam mutuamente a compreender o mundo e transformá-lo.

A pedagogia freireana, ao propor a educação como prática da liberdade, estabelece pontes com a luta de diferentes sujeitos e coletivos por reconhecimento, território e dignidade. A formação docente precisa estar atenta às pautas do movimento negro, feminista, indígena, LGBTQIA+, dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outros. A articulação da escola com essas lutas permite ampliar o repertório político e pedagógico dos educadores, fortalecendo práticas antirracistas, inclusivas e interculturais.

Giroux (1997) reforça que os professores devem ser intelectuais públicos, comprometidos com a formação de sujeitos conscientes e capazes de transformar sua realidade. Nesses termos, o professor não pode ser, apenas, um técnico aplicador de conteúdos, mas um agente cultural, um formulador de sentidos e valores. Ele aponta que o trabalho docente precisa ser atravessado pela análise crítica das relações de poder, da cultura escolar e dos mecanismos de exclusão que operam dentro e fora da escola.

A pandemia de COVID-19 também revelou a importância de uma formação docente pautada na solidariedade, no cuidado e na criticidade. A crise sanitária escancarou as desigualdades educacionais e evidenciou a urgência de pensar a escola como espaço de acolhimento e reconstrução do tecido social. Os professores, muitas vezes sem o devido apoio institucional, foram protagonistas na criação de estratégias para manter o vínculo com os estudantes, adaptando conteúdos, acolhendo famílias e reinventando práticas em contextos adversos. A formação do educador, na perspectiva freireana, é um movimento permanente de conscientização, enraizado na realidade concreta dos sujeitos. A colonialidade do poder molda a educação brasileira de maneira estrutural. Compreender essa dimensão é fundamental para formar professores como intelectuais críticos capazes de desestruturar relações de poder naturalizadas no currículo e na prática pedagógica.

Este trabalho busca avaliar o impacto inicial do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas. Por tanto, questiona-se pergunta-se: como o PPML está contribuindo para a permanência no Ensino Superior e para a formação de professores? O objetivo deste trabalho é avaliar o PPML e sua relação com a permanência estudantil no Ensino Superior e a formação docente.

Nessa perspectiva, torna-se viável a formação de educandos e educandas com capacidade de intervir no mundo com consciência crítica, sensibilidade social e compromisso ético. Nesse horizonte, a educação deixa de ser um ato neutro ou técnico e se afirma como prática de liberdade. O educador, ao reconhecer-se como sujeito histórico e coletivo, pode contribuir para a humanização dos processos educativos e para a transformação das estruturas injustas que

persistem na sociedade brasileira. Investir na formação crítica de professores é, portanto, investir na democracia, a fim de desvelar como a colonialidade, ainda, molda a educação.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou como estratégia principal a análise documental e a revisão bibliográfica, compreendendo documentos normativos e dados estatísticos publicados entre janeiro de 2024 e setembro de 2025. A análise crítica foi fundamental para embasar o debate teórico em torno da educação crítica-libertadora. O uso de referenciais, como Paulo Freire, Aníbal Quijano, por exemplo, impõe um olhar que questiona a colonialidade do saber e a neutralidade da formação, vendo o professor como um intelectual engajado e transformador, em contraposição à figura de um técnico reprodutor de conteúdos. O cerne da análise qualitativa-crítica é a correlação entre a eficácia da política de incentivo financeiro (dimensão material), e seu potencial de impactos na dimensão pedagógica e política da formação docente. A análise busca determinar se a estabilidade material proporcionada pelo programa de incentivo, de fato, facilita o desenvolvimento de uma consciência crítica e a práxis transformadora dos futuros professores, ou se a política corre o risco de ser cooptada por uma lógica meramente utilitarista e meritocrática.

A abordagem garante que a análise vá além do "o quê" (os dados de adesão), concentrando-se no "porquê" e "para quê" da política, posicionando-a no debate mais amplo da justiça social e da função emancipadora da educação. A fundamentação teórica privilegiou a educação crítica-libertadora e a perspectiva decolonial, elementos essenciais para analisar a formação do professor como um intelectual engajado e transformador.

A análise dos dados foi de natureza qualitativa-crítica, para fundamentar o debate teórico em torno da educação crítica-libertadora e da perspectiva decolonial, mobilizando referenciais clássicos e contemporâneos que tratam da formação do professor como intelectual transformador. O *corpus* documental do estudo foi estruturado em três eixos centrais, garantindo a rastreabilidade e a oficialidade dos dados e normativos:

- Legislação Específica: foram consultados e analisados os documentos legais que instituíram e regulamentaram o programa de incentivo, notadamente a Lei nº 14.818/2024 (que cria o Programa Pé-de-Meia) e o Decreto nº 11.901/2024 (que o regulamenta).
- Normativos Institucionais: incluímos a consulta a relatórios, portarias e normativos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Secretaria

de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC), essenciais para compreender as diretrizes pedagógicas e os critérios de elegibilidade.

- Relatórios Oficiais do Ministério da Educação (MEC): foram utilizados relatórios e comunicados institucionais do MEC que detalham os objetivos e o público-alvo inicial da política.

A coleta de dados seguiu uma abordagem quantitativa-qualitativa, buscando informações para uma análise aprofundada, com base em comandos por meio dos dados das pesquisas. Utilizou-se o Google Gemini para gerar imagem gráfica, além dos respectivos:

- Dados Quantitativos (Procura e Elegibilidade): os dados primários sobre o impacto inicial na procura discente (aumento de matrículas) e o universo de elegíveis (mais de 370 mil estudantes aptos, figura 2), extraídos de fontes oficiais do MEC. Especificamente, a amostra utilizada para a análise de perfil (gênero, cursos e IES mais procuradas) foi obtida a partir da lista de candidatos ranqueados disponibilizada na Plataforma Freire, garantindo a base empírica do estudo.
- Variáveis Quantificadas: para o presente estudo, quantificamos a disparidade de gênero binário entre os candidatos (resultando na figura 3), utilizando-se uma amostra representativa para fundamentar a dimensão de adesão do programa através do gênero dos participantes.

A fase de análise dos dados foi de natureza qualitativa-crítica, superando a mera descrição estatística. O cerne metodológico foi a correlação entre duas dimensões essenciais:

1. **Dimensão Material (Eficácia da Permanência):** análise do papel do incentivo financeiro na atração de estudantes de alto desempenho e na mitigação da evasão, reconhecendo o programa como um instrumento de justiça social.
2. **Dimensão Pedagógica e Política (Potencial de Formação Crítica):** avaliação de como a estabilidade financeira se traduz em tempo e espaço para o desenvolvimento da consciência crítica e decolonial do futuro professor. A metodologia buscou submeter a política pública a um exame rigoroso, sobretudo em seu potencial de induzir a formação de educadores como agentes de transformação, capazes de atuar em uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

O IMPACTO NA PROCURA DISCENTE E A ARTICULAÇÃO COM A FORMAÇÃO CRÍTICA

Os dados iniciais demonstram um aumento de mais de 60% nas matrículas de candidatos qualificados (ENEM ≥ 650), evidenciando o impacto do incentivo financeiro. No entanto, a análise vai além dos índices de acesso, defendendo que o apoio material seja articulado a uma formação crítica, decolonial e interseccional, conforme os aportes de Freire, Giroux, Quijano, Walsh e Crenshaw.

O lançamento do Programa Pé-de-Meia das Licenciaturas (2024), pelo MEC, representa uma resposta crucial à crescente crise de atratividade e evasão na formação de professores no Brasil. As análises iniciais demonstram um aumento significativo (+60%) nas matrículas de candidatos qualificados (aqueles com alto desempenho no ENEM), indicando que o incentivo financeiro é um fator decisivo na atração e na permanência. Contudo, a eficácia do programa não pode ser medida apenas pelo número de ingressantes. O cerne do debate reside na capacidade de essa política pública articular o suporte material com a urgência de uma formação docente verdadeiramente crítica, decolonial e humanizada.

A finalidade de uma política de Estado para a educação deve ir além da reposição de quadros profissionais e incentivo monetário. Ela precisa formar professores capazes de atuar como intelectuais transformadores, na concepção de Henry Giroux (1997), aptos a despertar em crianças e jovens o questionamento sobre as complexas injustiças do país: a violência, a fome, o preconceito e a ignorância política. O incentivo financeiro do programa é uma condição necessária, mas não suficiente. Ele remove as barreiras materiais, mitigando a necessidade de o estudante conciliar estudos com longas jornadas de trabalho, liberando tempo e energia para que ele possa, de fato, dedicar-se à reflexão e à práxis acadêmica, que são essenciais para a construção da consciência crítica. Se o programa não estiver associado a uma reformulação pedagógica mais profunda nos cursos de licenciatura, ele correrá o risco de apenas subsidiar a reprodução de um modelo educacional meramente técnico e eurocêntrico.

O professor do século XXI, operando em um país em desenvolvimento de dimensões continentais como o Brasil, precisa de ferramentas que desmascaram as lógicas de dominação. O primeiro passo é o rompimento com a colonialidade do saber, do ser e do poder, conceito central em Aníbal Quijano (2010), que demonstra como as estruturas de poder herdadas do colonialismo, ainda, se manifestam na universidade e no currículo. A formação deve, portanto, adotar um paradigma decolonial, conforme proposto por Catherine Walsh (2009), buscando a interculturalidade crítica que valorize e incorpore as epistemologias do Sul, permitindo que os

futuros docentes se reconheçam como soberanos na capacidade de construir conhecimento a partir da realidade brasileira.

Em íntima conexão com o debate decolonial está a interseccionalidade. Adotar essa lente, popularizada por Crenshaw (2021) e aprofundada por pensadoras brasileiras como Akotirene (2019), é crucial para que o professor entenda a complexidade das opressões. A violência, por exemplo, não afeta igualmente todos os estudantes; ela se manifesta de forma intensificada no corpo de uma mulher negra periférica ou em um jovem LGBTQIAPN+ de baixa renda. Uma pedagogia interseccional permite que a formação vá além de debates isolados sobre raça, gênero ou classe, ensinando o futuro professor a articular essas categorias na análise da vida e na proposição de ações transformadoras na escola.

A inclusão da obra de Boal (2003), e seu Teatro do Oprimido (TO), nesse contexto teórico é perfeitamente adequada. O TO é uma prática freiriana levada ao palco, em que estética e o jogo se transformam em uma ferramenta de politização e desvelamento de opressões. Utilizando técnicas como o Teatro Fórum, o futuro professor é estimulado a transformar-se em um "espect-ator" (Canda, 2010), praticando o protagonismo e a intervenção sobre situações de injustiça. Essa experiência estética e lúdica é vital para formar docentes que tenham sensibilidade e criatividade para transformá-la em ação pedagógica. Dessa forma, o lúdico deixa de ser um mero entretenimento e se consolida como um catalisador da autonomia da crítica, conforme defende Ghedin (2002), ao discutir o professor reflexivo. É nesse arcabouço libertador que a capacidade lúdica de educar ganha seu potencial máximo, servindo como uma estratégia potente para evitar a alienação técnica do professor.

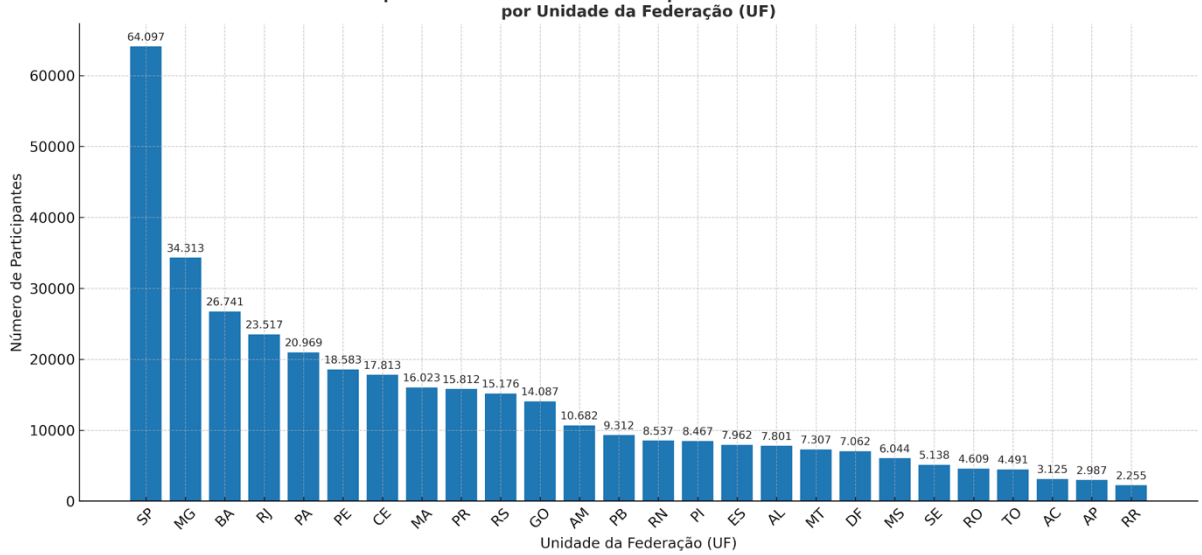
Ao garantir condições materiais para o estudo, o Pé-de-Meia Licenciaturas (PPML) oferece a chance de levar para a docência estudantes oriundos das classes populares, ou seja, aqueles que vivenciam as mazelas sociais em primeira mão. Isso é um potencial enorme de justiça social. No entanto, a vastidão de elegíveis (mais de 370 mil, os dados do MEC), que, ainda, não foram alcançados aponta para barreiras operacionais e de seletividade que precisam ser urgentemente ajustadas.

O sucesso do PPML depende de uma dupla articulação: a garantia de que o auxílio financeiro cumpra sua função de permanência, e, sobretudo, a garantia de que as instituições de ensino superior assumam o compromisso de oferecer uma formação que dialogue com os referenciais críticos, decoloniais e interseccionais. Somente assim, o incentivo material se traduzirá em uma verdadeira formação de opinião e na emergência de professores capazes de inovar, resistir e construir uma sociedade inteligente, justa e libertada das amarras do capital,

voltando-se para o programa demonstrou ter um impacto imediato e positivo na atratividade da carreira docente.

O programa demonstrou ter um impacto imediato e positivo na atratividade da carreira docente. A Figura 1 mostra um aumento geral de +21% nas matrículas gerais em licenciaturas, e um crescimento de +60% nas matrículas qualificadas (ENEM ≥ 650). Esse aumento expressivo indica que o incentivo financeiro é um fator decisivo, direcionando a escolha de estudantes de alto desempenho, mas de baixa renda.

Figura 2
Participantes do Enem 2024 com nota para o Pé-de-Meia Licenciaturas por Unidade da Federação (UF)



Fonte**:** imagem elaborada a partir de dados da Plataforma Capes/MEC, 2025.

Para que esse aumento quantitativo se traduza em formação crítica, a política deve ser articulada com programas de qualidade pedagógica. O lançamento do programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (PRILEI), de maio de 2024, sinaliza o movimento do MEC para complementar o suporte material do auxílio com o fortalecimento pedagógico, essencial para que a estabilidade financeira se converta em práxis e no desenvolvimento do professor como agente de transformação social.

O DESENHO DO PÉ-DE-MEIA: INCENTIVO À PERMANÊNCIA E FIXAÇÃO DOCENTE

O benefício mensal de R$1.050,00 é dividido em R$700,00 de uso imediato e R$350,00 acumulados em poupança, liberada ao final do curso mediante a atuação de cinco anos na rede

pública (Brasil, 2024). O Programa de Apoio Financeiro às Licenciaturas constitui um instrumento vital para estimular a permanência estudantil, mas seu significado extrapola a mera assistência. Sua implementação contribui para democratizar o acesso às licenciaturas e incentivar jovens das classes populares a ingressar e permanecer na formação docente, reduzindo o impacto das dificuldades socioeconômicas. Essa estrutura visa mitigar a evasão estudantil (Tinto, 1993), e a evasão profissional. Para a manutenção da bolsa, o estudante deve cumprir três regras básicas: (1) manter frequência mínima de 75% nas aulas; (2) ter aproveitamento acadêmico satisfatório; e (3) estar regularmente matriculado no curso. O incentivo financeiro é, portanto, imprescindível à dedicação plena e à excelência acadêmica, condições que facilitam a reflexão na prática (Schön, 1983).

Historicamente, a categoria docente tem trilhado um caminho de luta por conquistas constitucionais que visam garantir a dignidade da carreira e a qualidade da educação. Marcos legais importantes, como a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e a garantia de investimentos específicos para a educação básica, buscaram estruturar planos de carreira justos. Não obstante, essa valorização permanece um projeto em andamento, frequentemente fragilizado por planos de carreira ineficazes e remunerações que não condizem com a relevância social da profissão**.**

A discussão sobre a atratividade da docência está intrinsecamente ligada à desigualdade no acesso à universidade. Nesse panorama, a**s** políticas de cotas (raciais e sociais) figuram como uma das ações afirmativas mais impactantes do país, sendo cruciais para diversificar o corpo discente das universidades e, consequentemente, dos cursos de licenciatura.

O efeito dessa inclusão no universo da formação para o ensino básico é profundo. Santos e Silva (2021), demonstram que a entrada de estudantes cotistas e de baixa renda nos Cursos de Licenciatura em instituições públicas enriquece o debate pedagógico. Essas pessoas, ao vivenciarem as desigualdades estruturais, trazem para a sala de aula um olhar interseccional e decolonial imediato, o que fortalece a necessidade de uma práxis crítica sobre violência, fome e exclusão. O benefício financeiro, ao somar-se à política de cotas, assegura que esses estudantes, já engajados e socialmente conscientes, possuam a estabilidade material necessária para resistir à evasão e concluir seu ciclo formativo.

A atuação da pasta da Educação transcende o mero aporte de recursos. O órgão tem articulado a iniciativa de suporte material com programas complementares, como o programa de Iniciação à Docência para Licenciandos (PRILEI), como um dos eixos do programa Mais

Professores para o Brasil[3]. O propósito deste é oferecer suporte pedagógico ativo, remunerando e integrando o estudante de licenciatura à realidade da Educação Básica ainda durante a graduação, por meio da vivência prática.

Essa arquitetura de programa, o apoio financeiro (o incentivo) e o PRILEI (o fortalecimento pedagógico), estabelecem um terreno fértil para a avaliação científica rigorosa. A possibilidade de analisar a sinergia entre as políticas a partir de 2026 é um diferencial para a pesquisa educacional. Com as primeiras turmas de beneficiários do programa de incentivo se aproximando da conclusão, será viável conduzir estudos longitudinais.

Essa avaliação futura permitirá transcender o dado de retenção e verificar se a estabilidade financeira, convertida em maior dedicação ao estudo e à pesquisa, traduziu-se no desenvolvimento do professor como agente de transformação social. A pesquisa poderá correlacionar o recebimento do auxílio com o engajamento dos formandos em projetos pedagógicos críticos e na sua fixação em redes públicas de maior vulnerabilidade social. O movimento da máxima autoridade da Educação no país demonstra a compreensão de que o auxílio financeiro é o alicerce, mas que sua eficácia plena depende da conversão dessa estabilidade em uma práxis que reforce o papel do professor como intelectual ativo na superação das desigualdades brasileiras.

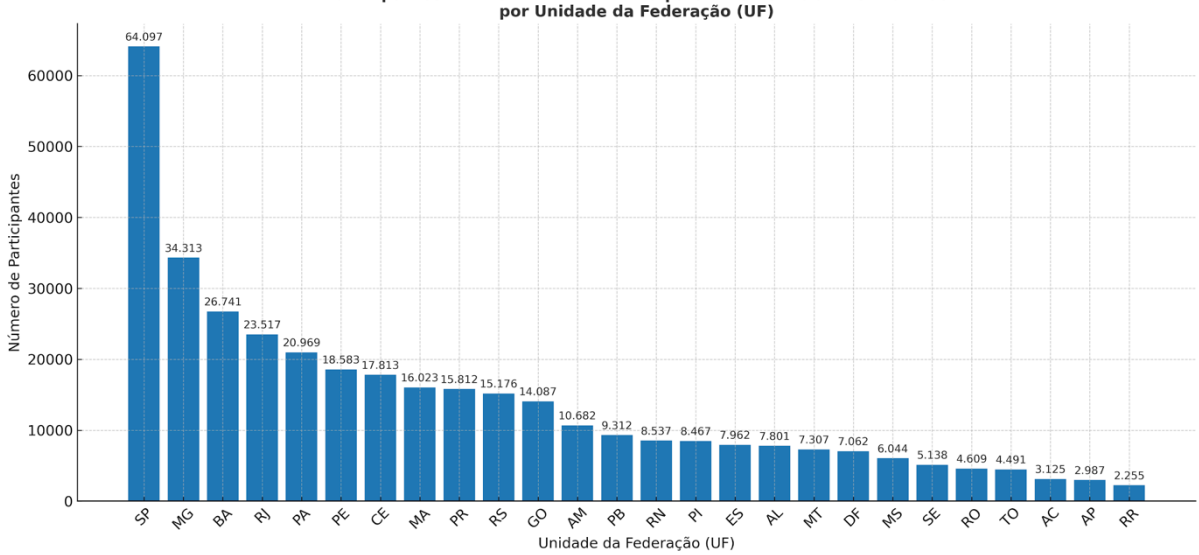
OS DESAFIOS OPERACIONAIS E O CONTRASTE ENTRE POTENCIAL E ADESÃO

A implementação inicial do Pé-de-Meia (2024/2025) revelou um desafio crucial: a seletividade. O critério de corte de 650 pontos no ENEM restringe o acesso. No entanto, o MEC informou que mais de 370 mil pessoas têm a nota necessária para participar do programa. Esse vasto universo de elegíveis, em contraste com o baixo preenchimento das 12.000 bolsas ofertadas (apenas 54% preenchidas) sugere que a principal barreira não é, apenas, a nota, mas a logística, a comunicação ou a concorrência com outras oportunidades. Importante ressaltar que estamos trabalhando em cima de dados da primeira edição do programa e contundentemente com a

[3] Instituído pelo Decreto nº 12.358/2025, o programa Mais Professores para o Brasil foi construído em reconhecimento ao papel central dos docentes no processo de aprendizagem dos estudantes e no sucesso das políticas educacionais. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a formação docente, incentivar o ingresso de professores no ensino público e valorizar os profissionais do magistério, proporcionando-lhes recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. O programa visa atender 2,3 milhões de docentes em todo o país e prevê as seguintes iniciativas, além do Pé-de-Meia Licenciaturas: Bolsa Mais Professores; Prova Nacional Docente; Portal de Formação; e ações de valorização em parceria com bancos públicos e outros ministérios. BRASIL. Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12358.htm Acesso em: 10 out. 2025.

possibilidade de avaliar dados mais específicos acerca do perfil dos candidatos, previstos na primeira chamada disponível na Plataforma Freire[4]

Figura 2
Participantes do Enem 2024 com nota para o Pé-de-Meia Licenciaturas por Unidade da Federação (UF)



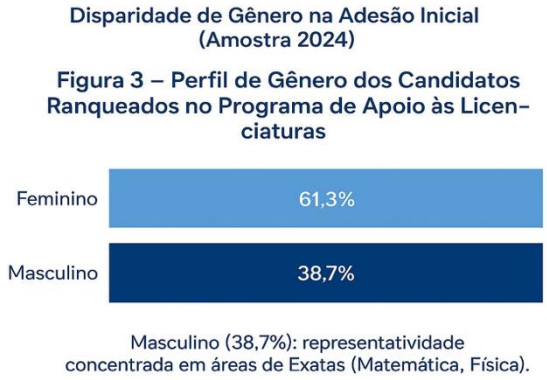
Fonte: imagem elaborada partir de dados da Plataforma Capes/MEC, 2025.

A Figura 2 ilustra a distribuição desigual dos candidatos aptos a ingressar no programa por unidade da federação, refletindo as disparidades regionais e de acesso à educação de qualidade no país. A concentração de candidatos aptos em estados como São Paulo (SP), Minas Gerais (MG) e Bahia (BA) exige que a operacionalização do programa seja calibrada para garantir a equidade regional, reforçando a necessidade de o programa ir além da simples métrica de desempenho. O critério de corte de 650 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), embora pretenda elevar o padrão de qualidade dos ingressantes, estabelece uma barreira de seletividade inicial. Contudo, os dados da máxima autoridade da Educação no país revelaram um contraste ainda mais agudo: a existência de um vasto universo de mais de 370 mil pessoas aptas com a nota mínima para participar, em face de um baixo preenchimento das bolsas ofertadas (apenas 54% das cerca de 12.000 bolsas iniciais foram preenchidas).

Esse descompasso sugere que a principal barreira para a adesão não reside apenas na nota de corte, mas em complexos desafios operacionais, logísticos ou de comunicação. A dificuldade em converter o potencial de elegíveis em matrículas efetivas aponta para fatores como: a concorrência com outras oportunidades (cursos de maior prestígio social ou maior retorno financeiro), falhas na comunicação com o público-alvo ou a complexidade burocrática do processo de inscrição. A análise da distribuição desse potencial de adesão por Unidade da

[4] CAPES. Plataforma Freire. Brasília: Capes, 2025. Disponível em: freire.capes.gov.br. Acesso em: 27 out. 2025.

Federação, conforme mostra a Figura 2, permite mapear geograficamente as áreas com maior reserva de talentos elegíveis. No entanto, o fator gênero (figura 3) também merece destaque crucial, dada a predominância histórica de mulheres no magistério e a urgência de atrair mais homens para a educação básica.



Fonte: imagem elaborada, a partir de dados da Plataforma Capes/MEC, 2025.

A análise da distribuição de candidatos ranqueados indica uma forte preferência por grandes Universidades Federais (UF) e Institutos Federais (IF), como a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Essa procura concentrada não é aleatória. É uma evidência da atratividade do programa de incentivo para instituições de referência e alta reputação acadêmica. Essa tendência aponta para dois fenômenos cruciais no contexto da política pública:

Indução da Qualidade: o Ministério da Educação, ao desenhar a política de incentivo, sinaliza que o aporte financeiro deve estar vinculado a instituições que oferecem maior robustez em pesquisa e formação. Os candidatos, por sua vez, demonstram buscar cursos de licenciatura que lhes garantam maior capital cultural e, teoricamente, melhor empregabilidade futura. A estabilidade financeira oferecida pelo apoio não leva o estudante a escolher "qualquer" vaga, mas sim a buscar a excelência.

Valorização e Confiança Institucional: a concentração em IES federais reflete a confiança histórica depositada pelo público na gratuidade, na qualidade e na tradição dessas universidades. Para o futuro professor, a formação em uma instituição pública federal de referência serve como um selo de qualificação, o que é fundamental para resgatar o prestígio da carreira docente no Brasil. A alta procura pelos cursos dessas instituições reforça a ideia de que o apoio financeiro funciona como um catalisador, permitindo que estudantes talentosos, muitos

deles beneficiários de cotas (conforme discutido anteriormente), possam se dedicar a uma formação de ponta sem os entraves da vulnerabilidade econômica.

Nesse panorama, as políticas de cotas (raciais e sociais) e os programas de auxílio financeiro figuram como eixos cruciais da ação afirmativa no Brasil. Como destaca Senkevics (2021), a expansão das universidades aliada a políticas inclusivas viabilizou a heterogeneização do corpo discente, garantindo a entrada inédita de grupos populares no ensino superior. No entanto, para que essa democratização do acesso se consolide sem reproduzir desigualdades internas (estratificação horizontal), é imprescindível articular o incentivo financeiro de permanência à valorização pedagógica e crítica dos futuros docentes.

CONCLUSÃO

As reflexões e análises empreendidas neste estudo sustentam a tese de que o Pé-de-Meia Licenciaturas (PPML) constitui uma conquista expressiva para a permanência estudantil no ensino superior, embora, isoladamente, seja insuficiente para assegurar a formação de um magistério crítico e transformador. Os resultados empíricos preliminares ratificam o vigor da política no incentivo ao ingresso, fato demonstrado pelo crescimento superior a 60% nas matrículas de ingressantes com desempenho elevado no ENEM (pontuação igual ou superior a 650 pontos). Essa dimensão material cumpre papel indispensável ao minorar o desgaste socioeconômico do licenciando, convertendo a estabilidade financeira em disponibilidade de tempo e energia para o engajamento acadêmico pleno.

No tocante aos aspectos operacionais, o levantamento documental evidenciou um descompasso expressivo entre a reserva potencial de elegíveis que ultrapassa 370 mil estudantes aptos e o percentual de efetivo preenchimento das bolsas ofertadas no ciclo inicial (cerca de 54%). Essa lacuna revela que os entraves ao alcance da política extrapolam a nota de corte, vinculando-se a entraves logísticos, assimetrias de comunicação institucional e à competição com carreiras de maior prestígio social. Para que o incentivo cumpra sua premissa de equidade e justiça social, faz-se urgente o aperfeiçoamento dos mecanismos de execução e a desburocratização dos processos de adesão em todas as Unidades da Federação.

Nesse sentido, a consolidação do programa depende do entrelaçamento orgânico entre a assistência material e a qualificação pedagógica. A eficácia duradoura da iniciativa não deve ser aferida exclusivamente pelo combate à evasão ou pela fixação do docente na rede pública, mas por sua habilidade de converter o futuro professor em um intelectual crítico, atuante e engajado

com a práxis decolonial e interseccional. Cabe às Instituições de Ensino Superior assumir o compromisso ético e epistemológico de oferecer itinerários formativos que tensionem as estruturas coloniais do saber e dialoguem com as contradições do cotidiano escolar.

Reconhece-se, como limitação deste trabalho, o escopo centrado na análise documental e nos dados quantitativos de curto prazo (2024–2025), sem a inclusão de escuta direta ou pesquisa de campo junto aos beneficiários. Para investigações futuras, recomenda-se o acompanhamento longitudinal dos egressos, a fim de verificar se a segurança financeira experienciada no percurso universitário resulta em práticas pedagógicas emancipatórias no chão da escola e na permanência prolongada na carreira docente.

Em suma, o PPML afirma-se como um instrumento estratégico de justiça distributiva e inclusão educacional. O seu êxito definitivo dependerá da capacidade das licenciaturas brasileiras de transformar a garantia material em práxis libertadora, formando educadores conscientes do seu papel político, sensíveis às desigualdades sociais e preparados para enfrentar a ignorância e as injustiças estruturais no cenário educacional do país.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 10, p. 1, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12358.htm. Acesso em: 04 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui o incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 12, p. 1, 17 jan. 2024. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14818&ano=2024&ato=ef2MTQE1ENZpWT460. Acesso em 04 dez. 2025.

CANDA, Cilene Nascimento. Teatro do Oprimido e formação de professores: reflexões sobre emancipação humana e social. **Anais**[…] ABRACE, Salvador, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em:

https://www.iar.unicamp.br/publionline/abrace/hosting.iar.unicamp.br/publionline/index.php/abrace/article/view/2627.html. acesso 10 Nov. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: Cartas a quem ousa ensinar. 5. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1991.

GHEDIN, Evandro. Professor Reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. *In*: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (org.). **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. p. 129-150.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: MEC/INEP, 2024.

MEC. **Mais de 370 mil pessoas têm nota para participar do novo Pé-de-Meia Licenciaturas**. Secretaria de Comunicação Social (Secom). Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/mais-de-370-mil-pessoas-tem-nota-para-participar-do-novo-pe-de-meia-licenciaturas. Acesso em: set. 2025.

MEC. **Programa Pé-de-Meia Licenciaturas.** Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pe-de-meia-licenciaturas. Acesso em: set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2010.

SANTOS, L. E. R.; SILVA, M. A. Formação de professores e políticas de cotas: a democratização do acesso e a transformação do debate pedagógico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, 2021.

SCHÖN, Donald A**. The Reflective Practitioner**. New York: Basic Books, 1983.

SENKEVICS, Adriano Souza. **A expansão recente do ensino superior**: **cinco tendências de 1991 a 2020**. Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Brasília, DF, v. 3, n. 4, p. 199-246, 2021. DOI: https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892. Disponível em: Acesso em:

TINTO, Vincent. **Leaving College:** Rethinking the Causes and Cures of Student Attrition. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.p. 12-43.